



Poderes

Proposta que veta militares da ativa na política projeta embate no Congresso

— Resistência no Senado a PEC negociada com comandantes pelo ministro da Defesa, José Múcio, preocupa o Planalto; general Hamilton Mourão defende enterrar o texto

VERA ROSA
BRASILIA

O governo Lula enfrenta dificuldades no Senado para levar adiante a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que proíbe a candidatura de militares da ativa a cargos eletivos. No momento em que investigações da Polícia Federal avançam sobre a participação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de militares na tentativa de um golpe de Estado, generais incomodados com o desgaste das Forças Armadas decidiram subir o tom contra a proposta.

Coube ao senador Hamilton Mourão (Republicanos-MS), ex-vice-presidente da República sob Bolsonaro, arremessar apoios para suspender a votação da PEC, apresentada pelo líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA), ex-ministro da Defesa. Agora, a ideia é promover sessões de debates sobre o assunto antes de qualquer análise do plenário do Senado. Na prática, Mourão atua para ganhar tempo, a fim de que o texto seja engavetado.

Debate
PEC foi apresentada pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), ex-ministro da Defesa

Um dos convidados por ele para a discussão no Senado é Aldo Rebelo, que foi ministro da Defesa no governo Dilma Rousseff (PT) e titular da Coordenação Política no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre outros postos ocupados. Aldo assumiu a Secretaria de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo no lugar de Marta Suplicy e agora é visto pela cúpula

do PT como um político que se aproximou do bolsonarismo.

Líderes do governo, por sua vez, planejam chamar os comandantes do Exército, Tomás Paiva; da Marinha, Marcos Sampaio Olsen; e da Aeronáutica, Marcelo Damasceno, para advogar a favor da PEC, além do ex-ministro da Defesa Nelson Jobim.

Nos bastidores, porém, o Palácio do Planalto teme que discussões acaloradas sobre a participação das Forças Armadas na política se transformem em uma espécie de “Fla-Flu” no Congresso após o ato pró-Bolsonaro, no domingo, na Avenida Paulista, em São Paulo. O receio é de que isso atraiça votos de interesse do governo numa temporada em que inquerito no Supremo Tribunal Federal mira o envolvimento de militares em trama golpista.

‘AFRONTA’. “É um revanchismo idiota. Estão pegando um canhão para dar tiro em mosca”, disse Mourão ao **Estadão**. A referência tem como base as eleições de 2022. Pelas contas do senador, apenas 32 militares da ativa do Exército se candidataram naquele ano em um efetivo de 150 mil profissionais. “E ninguém foi eleito”, destacou. Juntos, Exército, Marinha e Aeronáutica apresentaram 63 candidaturas. “A PEC transforma os militares em segunda categoria”, insistiu Mourão. “É uma afronta e precisa ser guardada no armário.”

As afirmações do general da reserva atingem a estratégia montada pelo ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, para promover uma conciliação com as Forças Armadas, à revelia de alas do PT. Logo após a Operação Tempus Veritatis, ofensiva que fechou o cerco sobre o núcleo político e militar próximo de Bolsonaro, Múcio evitou comentar o impacto da

Divergência



“Forças Armadas e política são como água e óleo: não podem se misturar. Quando um militar se candidata, perde a eleição e volta para o quartel, ele já está contaminado pelo proselitismo político”

José Múcio Monteiro
Ministro da Defesa



“É um revanchismo idiota. Estão pegando um canhão para dar tiro em mosca. A PEC transforma os militares em segunda categoria. É uma afronta e precisa ser guardada no armário”

Hamilton Mourão
Senador do Republicanos

ação sobre as Forças, apesar de críticas na caserna e, principalmente, entre oficiais da reserva. “Não podemos confrontar uma decisão judicial. Cabe às Forças apoiar uma operação determinada pela Justiça”, declarou o ministro na ocasião.

Múcio passou meses negociando o texto que ficou conhecido como “PEC dos militares na política”. Após esse movimento, uma outra proposta – apresentada na Câmara pelo deputado Carlos Zarattini (PT-SP) – foi deixada de lado. A proposta tinha apoio de várias tendências do PT e, além do veto imposto a militares da ativa em disputas eleitorais, proibia que eles ocupassem cargos públicos, como vagas em ministérios. O texto também mudava o artigo 142 da Constituição (que define o papel das Forças Armadas) – distorcido por bolsonaristas para pregar uma intervenção militar – e punha um ponto final nas operações de Garantia da

Lei e da Ordem (GLO).

A caserna se rebelou contra essa PEC e Lula mandou tirá-la de cena, ainda no ano passado. O presidente ouviu Múcio, para quem era preciso reagir à politização das tropas deflagrada no governo Bolsonaro – que chegou a ter mais de 6 mil militares em cargos no primeiro e segundo escalões –, mas não entrar em confronto direto com as Forças Armadas. Às vésperas da passagem dos 60 anos do golpe de 1964, que serão completados em 31 de março, a recriação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos também foi enterrada.

‘CONTAMINADO’. Foi então que surgiu no Senado uma proposta mais amena, negociada entre Múcio, Wagner e comandantes militares, mas também determinando que quem quiser disputar eleições para o Legislativo ou o Executivo deve passar para a reserva.

“Forças Armadas e política

são como água e óleo: não podem se misturar”, disse Múcio à reportagem. “Quando um militar se candidata, perde a eleição e volta para o quartel, ele já está contaminado pelo proselitismo político. Nunca mais será o mesmo. Então, despoliticizar as Forças Armadas é bom para todo mundo. Não é para beneficiar Lula nem para prejudicar Bolsonaro.”

Mesmo desidratada, a PEC dos militares passa por um “estica e puxa” de todos os lados, tanto que o próprio senador Jorge Kajuru (PSB-GO), relator do texto, aceitou as sessões temáticas sugeridas por Mourão para debate. Deputados do PT já avisaram, no entanto, que, se a proposta for aprovada no Senado e chegar à Câmara, vão tentar encaixar ali uma emenda para mudar o artigo 142 da Constituição.

‘DISCRIMINAÇÃO’. “Esta é uma visão miope de parte do PT, que não entende que as Forças Armadas precisam de diploma legal para agir em uma série de situações, como, por exemplo, quando a Polícia Militar entra em greve”, assinalou Mourão. A portas fechadas, oficiais das Forças Armadas também reclamam de “discriminação” pelo fato de a PEC do Senado só focar em uma categoria, sem barrar candidaturas de policiais militares da ativa, em número infinitamente maior. Somente em 2022, foram 817.

Sob reserva, um militar reformado argumentou que, nas eleições, “é claro que um cabo do Exército vai se apoiar no candidato da PM” e afirmou que “ou a PEC é para todo mundo ou não é”. “Aqui, matamos um leão por dia”, declarou Múcio, já prevendo o embate que terá pela frente. Mesmo se receber sinal verde do Congresso, a PEC não vai valer para as eleições deste ano. ●

do por militares de alta patente, cuja função seria mobilizar a caserna a favor do golpe. Segundo da PF, a equipe usava sua posição de autoridade para “influenciar e incitar apoio aos demais núcleos de atuação por meio do endosso de ações a serem adotadas para consumação do golpe”

Para lembrar

Operação avançou sobre núcleo militar de Bolsonaro

Ofensiva

Intitulada Tempus Veritatis (Hora da Verdade, em latim), a operação que fechou o cerco sobre o núcleo político e mili-

tar próximo de Bolsonaro foi deflagrada no dia 8 – dos quatro presos, três são militares

Generais

As diligências atingiram 16 militares. Na lista estão generais muito ligados ao ex-presidente, como o ex-ministro da Defesa e da Casa Civil Braga Netto, o ex-

chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno e o ex-chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira

Núcleos

Relatório da Polícia Federal indica que os investigados fa-

ziam parte de uma organização criminosa dividida em seis núcleos, com o objetivo de atacar o sistema eleitoral e preparar o ambiente para um golpe de Estado que revertesse os resultados das eleições de 2022

Oficiais de alta patente

Um desses núcleos era forma-